

**Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)**

# **As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano**



Luciana Pavowski Franco Silvestre  
(Organizadora)

# As Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Executiva: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista  
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C569	As ciências humanas e sociais aplicadas e a competência no desenvolvimento humano 1 [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (As ciências Humanas e Sociais Aplicadas e a Competência no Desenvolvimento Humano; v. 1)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-514-3 DOI 10.22533/at.ed.143190607  1. Antropologia. 2. Pluralismo cultural. 3. Sociologia. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.  CDD 301
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

A Atena editora apresenta o e-book “Ciências Humanas e Sociais Aplicadas: Competências no Desenvolvimento Humano”.

São ao todo noventa e três artigos dispostos em quatro volumes e dez seções.

No volume 1 apresentam-se artigos relacionados as temáticas *Estado e Democracia; Gênero: desigualdade e violência; Identidade e Cultura e Perspectivas teóricas e produção de conhecimento*. As seções descritas possibilitam o acesso a artigos que introduzem o tema central do e-book, através de pesquisas que abordam a formação social brasileira e como é possível identificar os reflexos desta na constituição do Estado, nos espaços de participação social, nas relações de gênero e constituição da identidade e cultura da população.

O volume 2 está organizado em três seções que apresentam relação e continuidade com o primeiro volume, em que são apresentadas pesquisas que trazem como objeto de estudo as políticas de saúde, de educação e de justiça e a relação destas com a perspectiva de cidadania.

Território e desenvolvimento regional: relações com as questões ambientais e culturais, é a seção que apresenta os artigos do volume 3 do e-book. São ao todo 18 artigos que possibilitam ao leitor o acesso a pesquisas realizadas em diferentes regiões do país e que apontam para a relação e especificidades existentes entre território, questões econômicas, estratégias de organização e meio ambiente e como estas acabam por interferir e definir nas questões culturais e desenvolvimento regional. São pesquisas que contribuem para o reconhecimento e democratização do acesso à riqueza da diversidade existente nas diversas regiões do Brasil.

Para finalizar, o volume 4 apresenta 23 artigos. Nestes, os autores elaboram pesquisas relacionadas a questão econômica, e como, as decisões tomadas neste campo refletem na produção de riqueza e nas possibilidades de acesso ao trabalho e renda. As pesquisas apontam também para estratégias identificadas a exemplo da organização de cooperativas, empreendedorismo, uso da tecnologia e a importância das políticas públicas.

As pesquisas apresentadas através dos artigos são de extrema relevância para as Ciências Humanas e para as Ciências Sociais Aplicadas, e contribuem para uma análise mais crítica e fundamentada dos processos formativos e das relações estabelecidas na atual forma de organização social, econômica e política.

Desejamos boa leitura a todos e a todas!!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

## SUMÁRIO

### ESTADO E DEMOCRACIA

#### **CAPÍTULO 1 ..... 1**

A BURGUESIA BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA DO IMPEACHMENT DE DILMA ROUSSEFF: UM BALANÇO DA LITERATURA

[Felipe Queiroz](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1431906071**

#### **CAPÍTULO 2 ..... 18**

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

[Alexandre Fernandes Corrêa](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1431906072**

#### **CAPÍTULO 3 ..... 31**

CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS: INSTRUMENTOS DE DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E CONTROLE SOCIAL NO MUNICÍPIO DE CURITIBA

[Fabiana Marissa Etzel Barddal](#)

[Ricardo Lobato Torres](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1431906073**

#### **CAPÍTULO 4 ..... 40**

PARTICIPAÇÃO SOCIAL: AS CONTRADIÇÕES EM MEIO A CONJUNTURA ATUAL

[Eliane Fátima Voitena](#)

[Maysa Nuernberg de V. Costa](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1431906074**

### GÊNERO: DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA

#### **CAPÍTULO 5 ..... 47**

A DESIGUALDADE DE GÊNERO NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

[Maysa N. de Vasconcellos Costa](#)

[Talyssa Aparecida Stremel Vieira](#)

[Juliana Yuri Kawanishi](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1431906075**

#### **CAPÍTULO 6 ..... 57**

A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE FAMÍLIA BRASILEIRA

[Natália Schettine Marques](#)

[Milena Cirqueira Temer](#)

[Fernanda Franklin Seixas](#)

[Andréia Almeida Mendes](#)

[Lídia Maria Nazaré Alves](#)

**DOI 10.22533/at.ed.1431906076**

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
FAMÍLIAS MONOPARENTAIS E A FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	
Virginia de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.1431906077	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>75</b>
HOMOFOBIA: PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DO IF BAIANO – CAMPUS ITAPETINGA	
Cátia Brito dos Santos Nunes	
João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1431906078	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>82</b>
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO – BA	
Péricles Sena dos Santos Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.1431906079	
<b>IDENTIDADE E CULTURA</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>91</b>
BALATA, PARAFUSO, ENSINO E INVESTIMENTO: O TRABALHO NO ACERVO AUDIOVISUAL DO INSTITUTO NACIONAL DE CINEMA EDUCATIVO	
Rafael Fermino Beverari	
DOI 10.22533/at.ed.14319060710	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>105</b>
DIÁLOGOS: BRASIL, ÁFRICA E O DESAFIO DE SANTCHO: O MACAQUINHO	
Patrícia Aparecida Souza	
Lídia Maria Nazaré Alves	
Leonardo Gomes de Souza	
Paulo César Risso de Souza	
Janilson Carvalho de Alvarenga Mendes	
Ivete Monteiro de Azevedo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060711	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>116</b>
DIREITO À CULTURA NO BRASIL: UMA ANÁLISE SOBRE O NEOLIBERALISMO CULTURAL	
Bárbara Cristina Kruse	
Leonel Brizolla Monastirsky	
DOI 10.22533/at.ed.14319060712	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>125</b>
IDENTIDADE E LUGAR: IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DE EQUIPAMENTO COMUNITÁRIO DE GRANDE PORTE EM ÁREA HISTÓRICA NA CIDADE DE BAURU-SP	
Lucas do Nascimento Souza	
Tatiana Ribeiro de Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.14319060713	

**CAPÍTULO 14 ..... 138**

O SUSTO E A ORDEM: O BARROCO COMO FERRAMENTA DE ANÁLISE DA FORMAÇÃO DO BRASIL

[Wallace Faustino da Rocha Rodrigues](#)

**DOI 10.22533/at.ed.14319060714**

**CAPÍTULO 15 ..... 155**

TERRITÓRIO DA CIDADANIA DO JALAPÃO: RESGATE HISTÓRICO E DESAFIOS

[Maria Antônia Valadares de Souza](#)

[Heber Rogério Grácio](#)

[Airton Cardoso Cançado](#)

[Nayara Silva dos Santos](#)

[Gislâne Barbosa](#)

**DOI 10.22533/at.ed.14319060715**

**CAPÍTULO 16 ..... 167**

IMAGEM E PODER: A FABRICAÇÃO DE LUÍS XIV E D. PEDRO II

[Cristiane Aparecida Rodrigues](#)

[Mariana Luana Martins](#)

[Lidiane Hott de Fúcio Borges](#)

[Amanda Dutra Hot](#)

[Germano Moreira Campos](#)

**DOI 10.22533/at.ed.14319060716**

**CAPÍTULO 17 ..... 180**

AVALIAÇÃO ARQUEOLÓGICA EM ARTEFATOS CERÂMICOS ENCONTRADOS EM SANTARÉM: ÁREAS 4A E 4B DO SÍTIO PORTO

[Hudson Romário Melo de Jesus](#)

[Lilian Rebellato](#)

**DOI 10.22533/at.ed.14319060717**

**CAPÍTULO 18 ..... 193**

A QUESTÃO URBANA DERIVADA DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICO-SOCIAIS EM ARMANDO AUGUSTO DE GODOY: A CIDADE DESEJADA SOBRE A CIDADE QUE SE TEM

[Celina Fernandes Almeida Manso](#)

**DOI 10.22533/at.ed.14319060718**

**CAPÍTULO 19 ..... 207**

PORQUE O ESPÍRITO NÃO TEM FORMA, MUITO MENOS COR: O PRECONCEITO RACIAL E A PRESENÇA DE NÃO-NEGROS NA UMBANDA

[Mariana Datria Schulze](#)

[Andrieli do Canto Nunes](#)

[Denise Vieira Taborda](#)

[Isabela Holz](#)

**DOI 10.22533/at.ed.14319060719**

**PERSPECTIVAS TEÓRICAS E A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

**CAPÍTULO 20 ..... 218**

PROPOSTA ARQUITETÔNICA PARA UM CENTRO DE DANÇA MUNICIPAL EM PALMAS-TO

[Laryssa Aguiar Melo](#)

**DOI 10.22533/at.ed.14319060720**



<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>232</b>
PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO: GERENCIAR PARA POSSIBILITAR O ACESSO	
Luana de Almeida Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.14319060721	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>244</b>
AQUISIÇÃO DE INFORMAÇÕES CIENTOMÉTRICAS A PARTIR DA WEB DE DADOS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CONTEXTO DE UMA UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
Sandro Rautenberg	
Paulo Ricardo Vивиurka do Carmo	
DOI 10.22533/at.ed.14319060722	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>261</b>
O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB: O ESTADO DA ARTE DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADOS À ÁREA DE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL	
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida	
Lucicleide Cândido dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.14319060723	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>279</b>
REFLETINDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AS IMAGENS DE THÉODORE DE BRY E O TEXTO ESCRITO NA OBRA “DUAS VIAGENS AO BRASIL” DE HANS STADEN	
Wallace Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.14319060724	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>288</b>
UM RECORTE SOBRE O CONCEITO DE CONHECIMENTO: UMA PROPOSTA DE PERPETUAÇÃO DOS ATIVOS INTANGÍVEIS DAS ORGANIZAÇÕES	
José Carlos de Souza	
Rosane Aparecida Moreira	
Roque Kleiber Silva Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.14319060725	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>296</b>
A MORTE NA FILOSOFIA DE E.M CIORAN: CAMINHOS PARA O NIILISMO	
Jheovanne Gamaliel Silva de Abreu	
Luédlley Raynner de Souza Lira	
DOI 10.22533/at.ed.14319060726	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>305</b>
BIBLIOTECÁRIOS DAS FORÇAS ARMADAS: PERFIS E CONCEPÇÕES	
Márcio da Silva Finamor	
DOI 10.22533/at.ed.14319060727	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>321</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>322</b>

## BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

**Alexandre Fernandes Corrêa**

Universidade Federal do Rio de Janeiro - *Campus*  
Macaé

Niterói, Rio de Janeiro

**RESUMO:** O presente texto é um breve exercício reflexivo sobre a aproximação das comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil, em 2022. Exercício de comparação entre os fenômenos colocados em destaque, procurando as conexões entre “seus elementos e suas ligações”. Nossa pergunta de abertura instiga à reflexão: “quais os sentidos da nação a celebrar?”, no contexto de aceleração histórica do processo de globalização. Buscamos relacionar: (a) ausência da referência ao bicentenário nos programas de governo dos candidatos à presidência em 2018; b) atuação histórica da SAE; e, c) as expressões atuais de desvalorização da nacionalidade num contexto de aceleração da globalização.

**PALAVRAS-CHAVE:** Bicentenário –  
Comemoração Histórica – Festas Públicas.

### BICENTENARY OF THE INDEPENDENCE OF BRAZIL: WHAT MEANINGS OF THE “NATION” TO CELEBRATE?

**ABSTRACT:** Brief reflective exercise on the

future celebration of the Bicentenary of the Independence of Brazil, in 2022. The question of opening the text instigates the reflection: “what are the senses of the nation to celebrate?”; in the context of the historical acceleration of the globalization process. Thus, we treat: (a) absence of reference to the bicentenary in the presidential candidates’ government programs in 2018; b) historical performance of SAE; and, c) current expressions of devaluation of nationality in a context of accelerating globalization.

**KEYWORDS:** Bicentenary - Historical Commemoration - Public Celebrations.

### BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: QUAIS SENTIDOS DA “NAÇÃO” A CELEBRAR?

No momento que escrevíamos este texto, final do mês de setembro, entrávamos nas últimas semanas da campanha eleitoral das eleições gerais de 2018. Como esta reflexão se volta para a celebração do Bicentenário da Independência, a ser celebrado em setembro de 2022, convém lembrar que exatamente nessas eleições de 2018 decidiu-se qual grupo político conduzirá àquelas comemorações históricas.

Por ventura, poderá se argumentar que

nada garante que a normalidade política se efetivará, não estando livre de tropeços até o final do mandato; não há garantias de que o grupo político vencedor terá seu mandato concluído em 2022, pois a instabilidade que reina poderá contaminar indefinidamente qualquer cenário a ser desenhado. Mas, de onde podemos observar, e prospectar indícios e sinais, algumas percepções poderão servir como ponto de mirada para conjecturas do porvir. E considerando a normalidade como sendo o estado desejável a ser atingido, pelo respeito aos ritos democráticos, vamos apostar na sua efetividade. Assim, admitindo a garantia de estabilidade possível, o grupo político vencedor, em tese, executará um programa de celebrações do Bicentenário. Portanto, foram eleições muito importantes nesse contexto histórico; a nos interessar sobremaneira. Afinal, o presidente eleito em 28 de outubro de 2018 – ocorrido o segundo turno – concluirá seu mandato em 31 de dezembro de 2022. Por conseguinte, a partir de primeiro de janeiro de 2019 exercerá seu mandato até o final daquele ano comemorativo, quando o presidente eleito será protagonista das comemorações do 7 de setembro de 2022. Destarte, nas eleições do ano de 2018 se decidiu – considerando que seu mandato será concluído de acordo com o respeito à Constituição Federal – o perfil político e ideológico daquelas celebrações máximas do Bicentenário da Independência da República Federativa do Brasil.

De imediato é preciso adiantar algumas indagações pertinentes ao tema. Perguntas afloram e sobressaem nesse contexto eleitoral: - os candidatos tiveram em conta, ou se lembraram dessa responsabilidade? Apresentaram propostas de programas para a organização da celebração histórica? Para nosso espanto, nenhum programa político de gestão cadastrado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por ocasião da confirmação das treze candidaturas presidenciais, apresentou qualquer referência a data de celebração do bicentenário de 2022. Trata-se de uma ausência notável. Como compreender esse lapso, esse esquecimento, essa negligência!

Aliás, no que tange aos conteúdos da maioria dos programas, não pudemos recolher muita qualidade, nem profundidade. Sabemos que pouco se tem dado importância a esses documentos que deveriam conter as plataformas de governo para o exercício do mandato. Entretanto, trata-se de um protocolo importante no rito dos candidatos e na liturgia das campanhas. Porém, desafortunadamente, nada encontramos de destaque ou de referência ao Bicentenário da Independência, nessas cartas políticas apresentadas à sociedade brasileira, no primeiro turno!

Como compreender a ausência de qualquer referência ao Bicentenário de Independência nos programas e plataformas políticas dos treze (13) candidatos à presidência do país? Nessa reflexão, pretendemos apresentar algumas respostas possíveis a esta indagação. Mas antes de adentrar nesse tema específico, pretendemos situá-lo num contexto mais amplo de reflexões apoiadas em pesquisas desenvolvidas nas últimas duas décadas acerca das festas cívicas públicas, com destaque especial para as comemorações históricas dos centenários de fundação de sítios urbanos antigos no país.

Reunimos esses trabalhos sob o título *Teatro das Memórias* (CNPq/UFRJ/UFMA), ao realizarmos estudos de ritanálise dos processos comemorativos na sociedade moderna. Compreendemos que a sociedade brasileira é atravessada por uma espécie de máquina comemorativa estruturada desde o *Triunfo Eucarístico* (1733). Trata-se de um modelo primordial e fundador que vem assumindo variações locais, incorporando novas tecnologias audiovisuais, mas permanecendo em sólidas bases socioculturais (neo)barrocas (Canclini, 2003). Na aproximação do Bicentenário da Independência (2022) detectamos a manutenção desse maquinismo celebrativo intensificado pela dramatização midiática, incrementada por recursos cada vez mais espetaculares.

A partir de um olhar aberto para as mutações histórico-culturais da máquina comemorativa na linha do tempo cronológico (Descobrimento, Independência, República, etc.), analisamos seus efeitos na contemporaneidade, observando continuidades e descontinuidades no processo de construção do panteão identitário nacional. Nessa comunicação vamos colocar sob foco as transformações recentes que estão ocorrendo no campo político brasileiro, destacando aspectos comparativos entre o centenário de 1922 e o bicentenário de 2022.

Todavia, manteremos prospecções em outros espaços sociais nos quais repercutem os efeitos comemorativos históricos; marca de nossa era, como aponta Pierre Nora (1984). Assim, indagamos sobre quais paralelos e comparações são possíveis traçar entre o contexto sócio-histórico das comemorações do primeiro centenário (1922) e do bicentenário (2022). Inferimos nesses contextos quais os sentidos possíveis de “nação” já encenados e a vir a ser encenados (Balandier, 1994), tendo em vista a dialética do plural e singular, do homogêneo e heterogêneo, do local e global.

Exploramos igualmente temas mais especificamente relacionados ao debate proposto, quando buscamos compreender as linhas de força e de resistências quanto a “intensificação da sensibilidade para com a pluralidade identitária e de formas de vida” na sociedade brasileira contemporânea. Aprofundamos esse questionamento na direção de perscrutar quais os “arranjos institucionais e as mudanças socioculturais” e as tendências de “reafirmasões da homogeneidade” que podemos identificar no decorrer do século XX quando se aproxima a celebração dos duzentos anos da “nacionalidade” independente. Tema que será aprofundado na pesquisa sobre a produção literária contemporânea, como será referido mais a frente no texto.

Já desenvolvemos investigações socioculturais em três campos empíricos específicos: a) IV centenário de fundação de São Luís/Ma (2012); b) bicentenário de Macaé/Rj (2013); e, c) bicentenário de Nova Friburgo (2018). A partir desses espaços sociais particulares, desenvolvemos trabalho de campo tomando foco para os seguintes eixos temáticos: a) maquinário comemorativo histórico; b) produção artística e literária; e, c) material didático e pedagógico.

Nas pesquisas realizadas nesses espaços sociais fomos fustigados por

inquietações, tais como os estudos sobre “o caráter conflitivo e controverso da aceitação e institucionalização da pluralidade”, especialmente em função da forte “tendência à proliferação de disputas, conflitos e antagonismos recentes, em escala local e global”. Destaca-se no plano da produção do maquinário celebrativo, a expressão dos conflitos intensificados e emoldurados por estratégias explícitas e implícitas, encenando embates entre o tradicional/moderno, local/regional/nacional, local/global.

Uma apresentação que reunimos parte das reflexões realizadas nesses domínios foi efetivada na 30<sup>a</sup>. Reunião Brasileira de Antropologia (2016), sob o título *A NAÇÃO FARÁ 200 ANOS: a máquina comemorativa, os preparativos do bicentenário de independência do Brasil*, no qual analisamos suas repercussões nos programas educativos oficiais. Mais recentemente ampliamos o alcance da análise ao operarmos investigações sobre o título de *Guerras das Imagens e Memórias Enxertadas*, em trabalho apresentado no XVIII Congresso Brasileiro de Sociologia (Brasília/2017). Nessa apresentação analisamos a recuperação do imaginário autoritário e ditatorial por parte dos grupos políticos conservadores no cenário sociocultural, que têm manifestado resistências contumazes ao processo de avanço do pluralismo cultural no país. Esta reflexão culmina com as observações mais recentes do cenário efervescente da disputa eleitoral de 2018.

Por conseguinte, consolidando esse trajeto reflexivo nos propomos a apresentar dados empíricos atualizados recolhidos nas pesquisas de campo, colocando em destaque os limites e as resistências “em torno da emergência, admissão, negociação e institucionalização do pluralismo como forma cultural” (Correa, 2018). Tal intento consolida a perspectiva de colocar em relevo as articulações e modos como as comemorações históricas se tornam “objeto de políticas estatais” estabelecidas por marcos jurídico-políticos instituídos em leis orgânicas municipais e constituições estaduais. Tal crivo se tornou mais específico quando voltamos o olhar para os programas de governo registrados pelos treze (13) candidatos presidenciais; descobrindo, no entanto, uma ausência repleta de significados.

Tanto nas pesquisas teóricas como nas empíricas procuramos abranger igualmente “as manifestações socioculturais, políticas e jurídicas do pluralismo, em perspectiva multiescalar (local, subnacional, nacional, regional, global)” (Correa, 2018). Muito embora tenhamos múltiplos aspectos a descrever e analisar nesse processo multideterminado, mantemos nosso objetivo central que é compreender a evolução das formas sociais que contribuem para a manutenção e transformação do maquinário comemorativo na sociedade brasileira, analisando-as em perspectiva histórica e comparativa, tendo em vista preferencialmente a aproximação da celebração do bicentenário de independência.

Para retomarmos a questão relacionada a ausência notável de referência às comemorações do Bicentenário no primeiro turno da campanha eleitoral de 2018, percorremos novas trilhas não previstas inicialmente no plano do trabalho, para

conseguir trazer algumas hipóteses sobre esse “esquecimento” político eloquente. Assim, antes de responder mais diretamente a reflexão mais específica, gostaríamos de recuperar a história da atuação da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), vinculada à Presidência da República, nos últimos anos. Talvez ao retomarmos alguns marcos dessa história consigamos nos aproximar de alguma resposta plausível.

A SAE (Secretaria de Assuntos Estratégicos/Presidência da República) é um órgão do Executivo Federal que manteve em certos períodos *status* de ministério; sua última versão foi instituída em julho de 2008, pela lei 11.754. Até 2015, a SAE formulava políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento econômico e social do Brasil. Extinta na reforma ministerial de outubro de 2015, no segundo governo da presidente Dilma Rousseff, foi recriada como secretaria, ainda ligada à Presidência da República, por medida provisória em fevereiro de 2017; já no governo pós-impeachment do vice-presidente Michel Temer. Hussein Kalout, atual ocupante do cargo, foi nomeado como secretário-especial da pasta em fevereiro desse mesmo ano, permanecendo no cargo até os dias de hoje.

Contudo, segundo dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC), a origem da SAE data dos anos de 1990, quando foi criada pelo governo Fernando Collor de Mello com o propósito de assessorar o presidente da República quanto às estratégias governamentais em áreas como o desenvolvimento econômico, a segurança e a defesa nacional, o meio ambiente, dentre outros assuntos de Estado. Extinta essa primeira versão do órgão em 1998, o conceito de “assuntos estratégicos” ainda seria carregado por outras secretarias e núcleos ligados à Presidência da República. Em 1998, a SAE foi extinta mais uma vez e suas funções foram transferidas para o ministério da Ciência e Tecnologia, conforme seria oficializado pela medida provisória nº. 2.216-37 de 31 de agosto de 2001.

Em 2003 foi criado o Núcleo de Assuntos Estratégicos (NAE) vinculado dessa vez à Secretaria de Comunicação de Governo e Planejamento Estratégico (Secom), chefiada pelo ministro Luís Gushiken, funcionando até 2008. O núcleo elaborou em 2004 o projeto *Brasil em Três Tempos*, consistindo de uma análise das potencialidades estratégicas do país a fim de identificar as prioridades do país e os atores sociais capazes de atendê-las; tendo como marcos os anos de 2007, 2015 e 2022. Destacamos o fato de que esse projeto inovador definiu o “conhecimento” como eixo motor das ações estratégicas, diferenciando-se de planejamentos anteriores calcados na “infra-estrutura da indústria pesada” ou no “equilíbrio macroeconômico”.

Em 2007, o governo redefine o NAE, enquanto órgão ligado agora ao Ministério Extraordinário de Assuntos Estratégicos, dessa vez estabelecendo Mangabeira Unger como titular. A estrutura do órgão foi definida em outubro pelo decreto nº 6.217, no qual o NAE e o Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA, até então vinculado ao Ministério do Planejamento) foram subordinados ao ministro-extraordinário, citado logo acima.

A SAE volta a existir, recuperando nome original, em 2008. Ano em que volta

a se constituir como órgão de assessoria da Presidência da República, no segundo governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. A partir daí adquire a função de promover o desenvolvimento nacional a longo prazo, em articulação com o governo e a sociedade.

Como exemplo de atuação da SAE, temos a coordenação do *Plano Amazônia Sustentável* (PAS), lançado em maio de 2008 pelo governo federal em parceria com os Estados da região Norte. As quatro diretrizes estratégicas definidas pelo PAS eram: a) o ordenamento territorial e a gestão ambiental; b) a produção sustentável com inovação e competitividade; c) a implantação de infraestrutura para o desenvolvimento sustentável; e, d) a inclusão social e a cidadania através de programas sociais. Isso envolveria medidas como a regularização dos problemas fundiários na região amazônica, incentivos a pequenos proprietários e construção de novos polos industriais.

Após diversas dificuldades surgidas na execução dos planos elaborados, ocorreram fatos políticos que abalaram a continuidade dos programas, com divergências sentidas no plano da política ambiental. Foi quando ocorreu a demissão da Ministra Marina Silva, assim como a exoneração de Mangabeira Unger em junho de 2009.

Posteriormente, o Presidente Lula conseguiu convencer o vice-presidente José Alencar, do Partido Republicano do Brasil (PRB), a abrir mão da pasta da SAE, única ocupada pelo partido, em favor da nomeação do embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, então secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores; tomando posse como ministro da SAE em outubro de 2009.

Foi sob a gestão do embaixador Samuel Guimarães que se elaborou o PLANO BRASIL 2022; criado pela SAE após consulta e participação de várias organizações sociais mobilizadas. O documento foi encomendado pela SAE para “a elaboração de um Plano para o Brasil em 2022, que indicasse e sintetizasse o que o Brasil aspira ser no bicentenário de sua Independência”. Diversas organizações e entidades discutiram de que forma poderiam intervir na efetivação de ações governamentais nas áreas de educação, igualdade racial, mulheres, saúde, comunicação etc. Sob a coordenação do embaixador Samuel Guimarães dois documentos foram elaborados, designados de PLANO BRASIL 2022. Segundo o embaixador: “Em 20 de outubro de 2009, na cerimônia de minha posse na SAE, o Presidente da República encomendou-me a elaboração de um Plano para o Brasil em 2022.” Continua o embaixador: “Esse Plano, nas palavras do Presidente Lula, deveria apresentar as aspirações do povo para a sociedade brasileira no ano de comemoração do Bicentenário de nossa Independência” (BRASIL 2022, 2010a, p. 5).

O Plano Brasil 2022 compreende de dois volumes separados. O primeiro BRASIL 2022 trata de reflexões contextualizadas que situam o país no mundo, no continente e na região, e por fim traz uma síntese das *Metas do Centenário*. O segundo volume contém os *Trabalhos Preparatórios*, sendo um documento

produzido exclusivamente pela SAE. Este volume complementa e esmiúça conteúdos apresentados no volume primeiro, no qual os tópicos aparecem de modo mais contextualizado, e que nesse segundo volume aparecem mais detalhados e pormenorizados. Assim, dentre os diversos tópicos e sub-tópicos que se descortinam nos diversos macro temas constituídos no primeiro volume, qual seja, Economia, Sociedade, Infraestrutura e Estado, escolhemos, para exame nesse texto - *Pluralismo, identidade e controvérsias sociopolíticas*, os temas sugeridos para reflexão, e que atravessam estes documentos.

Fizemos inicialmente um levantamento nos dois volumes anotando o número de vezes que aparecem os termos *plural, pluralismo, diversidade, identidade, independência, tradicionais, moderno, modernidade, nação e projeto nacional*. Estas palavras e termos foram escolhidos em função do escopo conceitual sugerido. Assim, desenhamos a seguinte tabela:

TERMOS	VOLUME 1	VOLUME 2
<i>Pluralidade</i>	-	2
<i>Pluralismo</i>	-	1
<i>Diversidade</i>	4	26
<i>Identidade</i>	3	6
<i>Independência</i>	6	4
<i>Tradicionais</i>	8	6
<i>Moderno</i>	5	3
<i>Nação</i>	-	2
<i>Projeto Nacional</i>	-	2
<i>Nacional</i>	9	305

Observamos que a distribuição da recorrência dos termos nos textos dos dois (2) volumes constituintes do *Plano Brasil 2022* se mostra relativamente uniforme, sem destaques a pontuar; a não ser pela presença massiva do termo *nacional* e menos notável, o termo *diversidade*. O termo *nacional* naturalmente ocorre com mais frequência por se tratar de documento relativo aos *Trabalhos Preparatórios* tendo foco prioritário as ações voltadas para os programas de “promoção nacional” para as comemorações do Bicentenário de 2022.

No entanto, chama nossa atenção a escassez dos termos *pluralismo* e *pluralidade*. *Pluralidade* surge duas vezes no Volume 2, nas seguintes expressões: *pluralidade política* (p. 31) e *pluralidade de opiniões* (p. 391). *Pluralismo político* aparece uma única vez na página 51, do mesmo volume.

No termo *identidade*, destaca-se a recorrência importante da expressão *identidade de gênero*, surgindo 5 vezes relacionada à Meta 7 - *Garantir a igualdade dos direitos civis de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros em relação a toda a sociedade*. (p. 194-5).

Tomando em perspectiva os dois volumes em questão, atravessando seus



conteúdos através dos termos selecionados e colocados em destaque, podemos concluir que o desenvolvimento dos temas e questões debatidos aqui, carecem de aprofundamento e alargamento no seu alcance tanto hermenêutico quanto pragmático. Não há de fato uma reflexão avançada que conduza a reflexão sobre a dialética do plural e singular, o pluralismo e pluralidade, homogeneidade, mudanças socioculturais, tradição e modernidade, e etc., com lastro mais significativo; tampouco há qualquer referência ao passado ou as comemorações do primeiro centenário de 1922.

No que tange a ausência de uma reflexão mais referente ao tema da *pluralidade* ou do *pluralismo*, nos parece que o significante que é trabalhado nessas dimensões seja tratado e recoberto pelo termo mais genérico “diversidade”, aparecendo no Volume 2 em 26 lugares no texto. É significativo que no item *Cultura* do Volume 2, referente aos *Trabalhos Preparatórios*, surja a preocupação com a *diversidade* (p. 137), mas limitado as ações vinculadas a economia cultural; passando muito superficialmente pela propalada “Promoção da Diversidade Cultural” ampliada preconizada pela UNESCO. A *Meta 2*, na qual promete “Proteger e valorizar a diversidade artística e cultural brasileira”, encontramos a mesma preocupação econômica, prática e instrumental. Trata-se, como se observa, de uma referência circunscrita a dimensão de políticas culturais como motor de geração de emprego e renda, pautada pelo viés recorrente da infraestrutura econômica prioritária. Apesar de no Volume 1 se preconizar como meta “Estruturar a cartografia e o mapeamento da diversidade cultural brasileira” (p. 78).

A “diversidade” se desloca para outros eixos, especialmente na relação com a natureza, quando invoca a *biodiversidade*, a *geodiversidade* e a *diversidade genética*, entre outras associações conceituais. Outras vezes quando trata da diversidade de opinião, diversidade racial, abre o leque de seus usos com promessa de ampliação de seu alcance. Porém, como se pode atestar, reforça sempre o viés sintetizado nessa meta: “Implementar o Plano Nacional para Promoção dos Produtos da Sociobiodiversidade com ampliação das ações para mais cadeias de produtos” (Volume 2, p. 293).

A economia domina o processo de investimento no imaginário do “desenvolvimento nacional” incluídos nos projetos e programas de ação. Percebemos que a virada preconizada pelo antigo NAE, sob coordenação ministro Luís Gushiken (2003-8), quando apontava para a importância do “conhecimento”, perdeu espaço para as preocupações com a infraestrutura econômica e tecnológica; constituindo verdadeiro fetiche político e ideológico.

Deixamos para traz por algum tempo a questão sobre as razões do esquecimento pelos candidatos presidenciais em relação ao Bicentenário de 2022. Após analisarmos aspectos da atuação histórica da SAE e de sua culminância na publicação do PLANO BRASIL 2022, no ano de 2010, chegamos agora ao momento de colocar em destaque esse problema sugestivo. Sem dúvida que o ambiente das eleições

hoje encontra-se obnubilado pela disputa polarizada e os ânimos acirrados em meio a enfrentamentos agudos. A chamada polarização política no qual se dividiu o país, tem provocado prejuízos de toda espécie. Um desses prejuízos, inegavelmente, é o de tornar o conflito demasiadamente estressado e carregado de energias deletérias.

O atentado contra o candidato da extrema-direita só tornou o ambiente ainda mais adverso para a consolidação de uma processo racional de disputa. Um ambiente assim contaminado por forças negativas não é propício para saltos subjetivos mais generosos, como o de imaginar cenários de comemoração histórica que ocorrerão em 2022; que ainda parece uma data longínqua, para os padrões nacionais, e para as mentes fixadas no presente instantâneo. Todavia, era um dever de Estado que esse tema estivesse em pauta, pois se trata de questão crucial para a representação da nação para si mesma, e para o mundo. Tema que certamente estaria melhor colocado em cena se o ambiente político eleitoral estivesse menos acirrado. Mas, isso não justifica plenamente a negligência por parte das equipes e *staffs* de assessores e consultores políticos dos diferentes candidatos, assim como também da agenda dos comentaristas, jornalistas e analistas políticos.

O atual estresse da campanha, após um *impeachment* traumático, pode compor um complexo articulado de razões subjetivas que explicariam em parte o esquecimento ou abandono da questão do Bicentenário, por parte dos candidatos, no primeiro turno. Deve-se acrescentar que no segundo turno, apenas o candidato da frente política liderada pelo Partido dos Trabalhadores apresentou breves linhas sobre a comemoração no documento apresentado ao TSE. Tal registro não aplaca nossas dúvidas ou cessa nossa sede por respostas mais aprofundadas. Pois, nos ocorre que por traz da negligência dos demais candidatos no primeiro turno, emerge o significado oculto que a falha, o esquecimento, fazem aflorar. Transformações mais subterrâneas, abalos mais profundos nas camadas do magma social ocorreram nesse processo. A metáfora geológica não é despropositada. As erosões que testemunhamos na natureza, com sérias consequências para o sistema climático da Terra, têm paralelo com as erosões nas estruturas socioculturais contemporâneas; possuem homologias estruturais. Os processos de mundialização cultural e globalização econômica e tecnológica, aceleradas e vertiginosas, têm provocado verdadeiras avalanches em escala local, regional, nacional e global (Wallerstein, 2002). Portanto, não é forçoso crer que estamos contemplando mudanças que aparentemente não provocam muitos alardes, mas que nos seus mais singulares aspectos, estão carregadas de pleno significado. São efeitos de superfície que repercutem movimentos invisíveis e ocultos, mas que estão presentes de modo latente.

Para que não nos coloquem a carapuça de exercitarmos pensamento obscuro ou tortuoso, vamos aos sinais mais manifestos de que algo está ocorrendo de significativo impacto e que explicaria melhor o tal “esquecimento” dos candidatos presidenciais, em relação ao Bicentenário da nação.

No dia oito de setembro de 2018, o jornal francês *Le Monde* publica um editorial colocando em relevo frases e palavras que muitos não ousariam pronunciar. Com um título desconcertante o jornal *Le Monde* provoca um rebuliço que abala as estruturas subjetivas da nacionalidade normalizada. Em que medida recorre a exageros, caricaturas, julgamentos superficiais ou opinião apressada, muitos analistas e comentaristas tentaram avaliar. No entanto, o que nos interessa é o fato do editorial colocar em cena sentimentos e afetos geralmente evitados no ambiente interno. O olhar estrangeiro pode muito bem captar movimentos e transformações que o nativo tem comumente dificuldade de admitir e perceber, ou mesmo tenta ocultar e evitar – reação típica de quadros pós-traumáticos, em que se recalca sentidos desconcertantes. É dessa perspectiva distanciada que tomamos o editorial e vamos destacar algumas frases inscritas no texto (tradução livre):

- a. “O naufrágio de uma nação”;
- b. “Depois da destituição (impeachment) controverso da presidente de esquerda Dilma Rousseff, o país parece ter perdido o controle de seu destino”;
- c. “Uma sociedade que se sente abandonada”;
- d. “Alguns falam do suicídio de uma nação”;
- e. “A única força do drama oculta os debates, a troca de ideias, as proposições necessárias para tirar o país da crise política, moral e institucional”.

Colocamos em destaque estas frases porque carregam a dramaticidade e regulam o foco sobre o que não testemunhamos, ou observamos, se expressar em meio as nossas vivências cotidianas. O não-dito, não-falado, ocultado, encoberto... de algum modo retorna com outras roupagens, com outras máscaras, outras vestimentas e aparências deslocadas. E é sobre o impacto dos significados de novas máscaras, vestimentas e roupagens atuais que podemos estar tendo dificuldade de apreender novas estruturas de sentido e sentimento aflorando na sociedade brasileira contemporânea. Como escreveu Raymond Williams, em relação as mudanças a serem perscrutadas pelos sociólogos da cultura:

Tais modificações podem ser definidas como modificações nas estruturas de sentimento. O termo é difícil, mas “sentimento” é escolhido para ressaltar uma distinção dos conceitos mais formais de “visão de mundo” ou “ideologia” (p. 134). (...) Uma “estrutura de sentimento” é uma hipótese cultural, derivada na prática de tentativas de compreender esses elementos e suas ligações, numa geração ou período, e que deve sempre retornar, interativamente, a essa evidência (p. 135). (...) As estruturas de sentimento podem ser definidas como experiências sociais *em solução*, distintas de outras formações semânticas sociais que foram *precipitadas* e existem de forma mais evidente e imediata. (Williams, 1979, p. 136).

Nosso esforço vai no sentido de compreender a lógica e os vínculos desses “elementos e suas ligações”, aproximando realidades tomadas comumente como descontínuas e desconexas. Por exemplo, de que maneira se torna fecundo comparar

as estruturas de sentimento do primeiro centenário (1922), com as estruturas de sentimento apreendidas às vésperas do bicentenário (2022)?

Quando recuperamos no tempo os anos antecedentes das comemorações do primeiro centenário em 1922, recolhemos elementos e ligações muito distintas das que hoje observamos emergir no cenário sociocultural brasileiro contemporâneo. Ao contrário das expressões pessimistas que reconhecemos e detectamos alastrar-se atualmente em diversos espaços sociais distintos (comunicação, entretenimento, artes, literatura, ensino, política, etc.), nos anos iniciais do nosso século XXI, encontramos outra estrutura de sentimentos constituída nas décadas iniciais do século XX.

Certamente que as estruturas de sentimento que compunham as dominâncias culturais nas décadas próximas a virada do século XIX para o século XX, eram bem distintas das que nos dominam atualmente, nas primeiras décadas do século XXI (Motta, 1992). Como ilustração dessa diferença recolhemos de Machado de Assis um breve texto que nos aponta para os traços mais marcantes daqueles tempos. Com esse autor se inaugura um passo importante na construção de uma narrativa nacional sobre a formação da literatura brasileira, por aquele que se tornaria um dos fundadores e primeiro presidente da Academia Brasileira de Letras.

Nos referimos ao texto de Machado de Assis intitulado *Instinto de nacionalidade*, e publicado em 1873. Desse texto observamos surgir uma inquietação importante a partir do uso que o grande escritor faz da palavra “instinto”, colocada logo no título. Em outro trecho do mesmo artigo o escritor parece sugerir como sinônimo de “instinto” a palavra “desejo”: “Meu principal objeto é atestar o fato atual; ora, o fato é o **instinto** de que falei, o geral **desejo** de criar uma literatura mais independente” (grifo nosso). De outra maneira parece querer afirmar que o “instinto” da nacionalidade é a base, a infraestrutura natural, vital, a sustentar o “desejo” de criar “uma literatura mais independente”, isto é, nacional. Assim, nos parece que Machado de Assis atribui ao binômio “instinto/desejo” uma cristalização que só poderá concretizar-se no futuro, no tempo, no porvir da nação.

Sobre a inegável importância da Literatura na formação do “espírito brasileiro”, citamos em Fernando Azevedo, na obra *A Cultura Brasileira* (1971):

Em nenhuma outra atividade de espírito, a inteligência no Brasil se expandiu com tanto vigor nem manifestou tão grande poder de invenção. Pode-se mesmo considerar a literatura como o produto mais caracteristicamente brasileiro, o testemunho menos contestável da originalidade do espírito nacional” (1971, p. 371-2).

Por essa razão trouxemos do tempo o texto de Machado de Assis, no qual o escritor invoca as bases de um *instinto* vital, erguendo o *desejo* de se criar uma literatura nacional independente. Recuperamos assim a ideia de realização no futuro desse desejo cristalizado: nasce como *instinto* metamorfoseia-se em *desejo*. Constatamos que havia naquele período histórico uma crença imaginária nesse

princípio, num projeto futurístico. Algo que observamos fugir atualmente das mentes mais intelectualizadas da sociedade brasileira; aspecto será tratado com mais atenção em outra reflexão.

Considerando a ideia de crença, imaginação, projeto, programa a ser realizado no tempo, podemos resgatar Benedict Anderson na obra *Comunidades Imaginadas* (2008), quando o autor inclui na referência da Nota 17 (p. 115), - remetendo a um autor húngaro chamado Paul Ignotus, autor do texto 'A Invenção da Nação Húngara' -, a seguinte frase sugestiva: "Uma nação nasce quando algumas pessoas decidem que ela deve nascer".

Em nosso país diversos intelectuais e artistas decidiram "que o Brasil deveria nascer". Segundo alguns deles a população já havia precipitado esforços contundentes desse projeto nativista ou independentista desde a *Inconfidência Mineira* de 1789, na *Confederação do Equador* de 1817, etc. O Brasil nasceu sustentado no *instinto vital* que animava seu povo, assim como aos artistas, intelectuais e políticos. Mas, finalizando essa breve reflexão, esse projeto se concretizou como *desejo*? Tornou-se uma nação plenamente consciente de sua tradição; concretizou-se no tempo o que lhe fez ser *Brasil*? Aquele *instinto* tem condições de ainda se concretizar em *desejo*? Hoje, ao tentarmos responder estas perguntas nos deparamos com a efígie enigmática do editorial do jornal francês *Le Monde*: "o Brasil naufragou como nação?".

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BALANDIER, Georges. **El poder en escenas**. Barcelona: Piados Studio, 1994.

**Brasil 2022** / Secretaria de Assuntos Estratégicos. – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010a.

\_\_\_\_. **Trabalhos Preparatórios** / Secretaria de Assuntos Estratégicos. – Brasília: Presidência da República, Secretaria de Assuntos Estratégicos - SAE, 2010b.

CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas**. São Paulo: EDUSP, 2003

CORRÊA, Alexandre Fernandes. **Festas públicas e comemorações históricas na periferia do sistema-mundo**. Cadernos de Estudos Culturais, v. 4, p. 9-24, 2012.

\_\_\_\_. **Teatro das memórias**. São Luís: EDUFMA, 2013.

\_\_\_\_. **A nação fará 200 anos**. João Pessoa, XXX RBA, Anais – 2016.

\_\_\_\_. **Festim barroco**. Novas Edições Acadêmicas, 2017

\_\_\_\_. **O Bicentenário da Independência**. Caxambu, 42ª. ANPOCS, 2018.

MOTTA, Marly Silva da. **A nação faz cem anos**. Rio de Janeiro: Ed. FGV - CPDOC, 1992

NORA, Pierre. **Lieux des memoires**. Paris: Gallimard, 1984.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.

## **SOBRE A ORGANIZADORA**

**LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE** - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Arqueologia 180, 182, 191

### C

Cinema 91, 92, 94, 95, 96, 97, 103, 104

Conselhos 31, 32, 34, 35, 36, 38, 39, 43

Controle social 46

Cultura 5, 15, 25, 28, 35, 36, 91, 104, 105, 119, 120, 123, 144, 180, 189, 190, 191, 192, 231, 264

### D

Democracia 5, 31, 33, 38

Desigualdade 47, 56

### E

Estado 5, 1, 7, 9, 10, 11, 13, 15, 22, 24, 26, 32, 33, 34, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 52, 54, 60, 62, 63, 64, 85, 93, 94, 95, 99, 103, 104, 105, 117, 118, 119, 120, 121, 123, 138, 153, 154, 157, 159, 162, 164, 169, 170, 174, 176, 177, 193, 194, 195, 197, 200, 201, 202, 206, 237, 238, 265, 267, 269, 278, 321

### F

Família 57, 60, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 73, 74, 321

### G

Gênero 5, 39, 47, 56, 67, 73, 114

### H

Homofobia 78

### I

Identidade 5, 24, 162, 270, 271

Impeachment 15

Informação 35, 88, 232, 233, 242, 243, 244, 245, 247, 258, 259, 260, 295, 305, 308, 315, 319



## **M**

Morte 137, 296, 301

## **N**

Nação 24, 29, 115, 117, 177

Niilismo 304

## **P**

Pobreza 67

Poder 34, 167, 179

Preconceito racial 207

Produção de conhecimento 261

## **T**

Território 5, 155, 157, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166

## **U**

Umbanda 207, 208, 217

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-514-3



9 788572 475143